



AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Paulo Alves de Araújo¹, Ana Paula Barros de Carvalho²

¹ Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. E-mail: paulo.araujo@ifb.edu.br

²SEEDF/ Escola Classe JK- Sol Nascente. E-mail: anapaulabarrosdecarvalho@gmail.com

Resumo: O presente artigo traz pontuações sobre a avaliação para as aprendizagens no âmbito do trabalho pedagógico com a educação infantil. Aqui é apresentada a visão do ato de avaliar a serviço da aprendizagem do estudante e ainda exemplificações de instrumentos avaliativos numa perspectiva formativa que podem ser utilizados na primeira etapa da educação básica para compreender como ocorre o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Avaliação, educação infantil, instrumentos avaliativos, desenvolvimento infantil.

1. Introdução

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Segundo Libâneo (1994, p. 195) “é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo do processo de ensino que é realizado”.

É uma atividade necessária, pois subsidia o docente em seu agir pedagógico, fornecendo-lhe dados para compreender a presença ou ausência de aprendizagens bem como informações sobre a forma como conduz o percurso formativo. Além de necessária, a avaliação ainda é permanente pois permite uma análise ampla, contínua e progressiva de todo o percurso de aprendizagem dos estudantes e das ações docentes em sala de aula.

Especificamente, na educação infantil, primeira etapa da educação básica, a avaliação deve ser utilizada como um mecanismo promotor das aprendizagens na infância, devendo assim ser realizada a partir de uma perspectiva formativa que considera os diferentes ritmos de aprendizagem.

Historicamente, avaliar a aprendizagem na escola assumiu um caráter excludente e sentencioso onde a nota determinava aquilo que se aprendeu ou não. O contexto escolar atual e de modo mais específico, a educação infantil, não comporta mais práticas avaliativas que não estejam a serviço da forma como as aprendizagens são construídas. A própria legislação educacional brasileira - a Lei nº 9.394/1996 - aponta para práticas de avaliação na escola que estejam a serviço do acompanhamento da aprendizagem do estudante na escola.

No que tange a educação infantil, a lei estabelece que:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I. avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Avaliar na educação infantil deve estar a serviço do acompanhamento do desenvolvimento infantil. Desta maneira, deve ser uma prática pautada em pressupostos de uma avaliação formativa, caracterizada pela análise qualitativa do processo desenvolvido.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por finalidade apresentar pontuações sobre a prática da avaliação formativa na educação infantil e exemplificar instrumentos avaliativos numa concepção formativa de avaliação na primeira etapa da educação básica.

2. A prática da avaliação formativa

Se a avaliação necessita de muita atenção e delicadeza para não se tornar momentos estanques e isolados nas instituições escolares no geral, esse cuidado deve ser ainda maior na educação infantil, pois é o primeiro instante que uma criança inicia sua jornada escolar e, portanto, é preciso um olhar sensível e reflexivo do professor para a forma como as aprendizagens estão sendo construídas. De acordo com Oliveira (2019, p.140) a avaliação da aprendizagem das crianças:

[...] não podem ser conduzidas em um vácuo, como se estivéssemos observando processos isolados, separados e independentes. Elas precisam ser conduzidas e entendidas com a mente aberta, que olha para a criança holística em contexto pedagógico, social e cultural.

É importante que tanto as famílias quanto o corpo diretivo e docente estejam cientes do significado de avaliar na perspectiva formativa. Nesse sentido, avaliar não deve servir para julgar, classificar, selecionar, promover, rotular ou excluir ninguém. Mas sim para verificar quais objetivos já foram alcançados e quais experiências, desafios, vivências e mediações fazem-se necessárias para consolidar as aprendizagens.

A grande questão na prática é como avaliar para as aprendizagens e não para o preenchimento burocrático de fichas ou relatórios e como fazer isso sem reduzir o processo avaliativo a responder o mesmo questionário para todas as crianças, apenas assinalando se ela demonstrou ter alcançado ou não tal objetivo ou habilidade?

É imprescindível que a avaliação ultrapasse esse papel burocrático e que o olhar atento do educador esteja presente no cotidiano de sua prática, que os registros sejam feitos com frequência como forma de monitoramento das aprendizagens e de instrumentalizar e validar essa avaliação (por vídeo, áudio, fotografia, registro escrito, portfólio etc). Assim é possível que se avalie a coordenação motora ao observar uma criança amarrando os calçados, enquanto a outra já se equilibra melhor ao pular amarelinha, por exemplo. Porque não se faz necessário avaliar todas as crianças sobre o mesmo ponto. Enquanto uma criança expressou num momento de roda de conversa uma reflexão importante para o coletivo, a outra pode ter externalizado seus pensamentos num momento de brincadeira de faz de conta. E essa individualidade é que deve ser valorizada ao descrever relatórios e preencher documentos que ficarão no histórico escolar das crianças. De acordo com Hoffmann (2018, p.88) os relatórios de avaliação representam:

[...] a memória ressignificada da história vivida pela criança na instituição e favorecem a continuidade do seu processo de aprendizagem. Esses documentos, de um ano para o outro, constituem-se em elos das ações educativas desencadeadas por diferentes profissionais e pelo tempo de permanência da criança em uma instituição de Educação Infantil.

Dessa forma, os registros sobre a criança devem ilustrar sua história única na escola e devem ter um caráter positivo e potencializador.

Além disso, vale pontuar o caráter democrático da avaliação que deve contar com a participação das crianças na avaliação. Em se tratando de avaliação formativa, há elementos que potencializam a sua prática na escola, entre eles: a autoavaliação. É preciso escutar as vozes das crianças sobre o seu desenvolvimento. O Currículo em Movimento da Educação Infantil no Distrito Federal (2018, p.55) reafirma a necessidade que “ao dessilenciar as crianças, escutando suas vozes, pode-se contribuir para torná-las cidadãs responsáveis por meio da autorregulação e do automonitoramento das próprias aprendizagens”. Desta maneira, desde a infância, incluir a criança na reflexão sobre o seu próprio desenvolvimento é também meio de possibilitar a construção de aprendizagens.

3. Instrumentos avaliativos na educação infantil

De acordo com Ostetto (2017 p.43) registrar e documentar o trabalho na educação infantil faz parte do processo avaliativo e além disso:

“[...] oportuniza aos pais e familiares o acompanhamento dos processos vividos por seus filhos na instituição de educação infantil. Por meio de relatórios, fotografias, painéis com as produções das crianças, materiais organizados e disponibilizados à apreciação e ao conhecimento das famílias, professoras e equipe gestora-pedagógica alimentam um canal frutífero de relações, ampliando afetos no compromisso compartilhado de educar e de cuidar de crianças no coletivo.”

Embora, segundo Hadji (2001), não são os instrumentos que definem a função formativa da avaliação, mas a intenção do avaliador no uso que faz deles, vale destacar alguns que têm grande valor para compor o registro e documentação do desenvolvimento infantil numa perspectiva de acompanhamento progressivo das aprendizagens, entre eles:



- I. *Registros Escritos*: que podem ser desde um bloco de notas em que o professor vai anotando ao longo do dia situações e observações que julga importantes e/ou até um “livrão” produzido com a turma em que o professor participa como escriba das crianças, onde ao final de cada aula mencionam para registro aquilo que conseguiram aprender durante o dia. Por meio desse relato infantil, o professor também tem subsídios para descrever posteriormente em relatório aquilo que foi apreendido pela criança no percurso de aprendizagem.
- I. *Audiovisual*: devido ao número elevado de estudantes em sala de aula, é dificultoso para o docente lembrar de cada detalhe do desenvolvimento dos estudantes. Desta maneira, fotografias, áudios, vídeos e desenhos dos estudantes são muito ricos para captar detalhes que às vezes passam despercebidos no andamento do processo de ensino, mas que em um momento posterior o professor pode avaliar melhor, sem contar que ainda pode usar o acervo para apresentar o trabalho para as crianças e famílias.
- II. *Portfólio*: que pode ser tanto individual como da turma e pode reunir tanto fotos quanto reflexões escritas e destacar momentos importantes do desenvolvimento das aprendizagens das crianças. Por meio dele é possível perceber o avanço progressivo infantil nos diversos aspectos avaliados: coordenação motora, corpo, gestos, movimentos, traços, formas, cores, imaginação, interação, participação etc.

4. Considerações Finais

As breves definições e exemplificações expostas nesse trabalho sobre avaliação formativa, podem inspirar os educadores que atuam na área de educação infantil a investirem tempo e estudos para uma prática avaliativa formativa, contextualizada, humanizada com olhar sensível para as aprendizagens das crianças.

Sem o objetivo de findar por aqui o assunto que é tão complexo, acreditamos contribuir para despertar nos professores o desejo e a curiosidade para ampliarem seus estudos, pesquisa e formação continuada sobre o assunto, para que a avaliação na primeira infância não seja estanque, mas algo que aconteça no dia a

dia da escola.

Os desafios no ambiente de trabalho são inúmeros, muitas vezes, nos deparamos com turmas com cerca de trinta crianças, sem um monitor para auxiliar, mas é urgente a busca por caminhos e possibilidades para uma avaliação cuidadosa e individualizada das crianças nessa fase tão importante.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Infantil – Pressupostos Teóricos**. Secretaria do Estado de Educação, 2018.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto AlegreRS: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 22^o edição. Porto Alegre; Mediação, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Formosinho Júlia. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para transformação**. Porto Alegre; Penso, 2019.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Registros na Educação Infantil: Pesquisa e prática pedagógica**. Alagoas. Papyrus Editora, 2017.